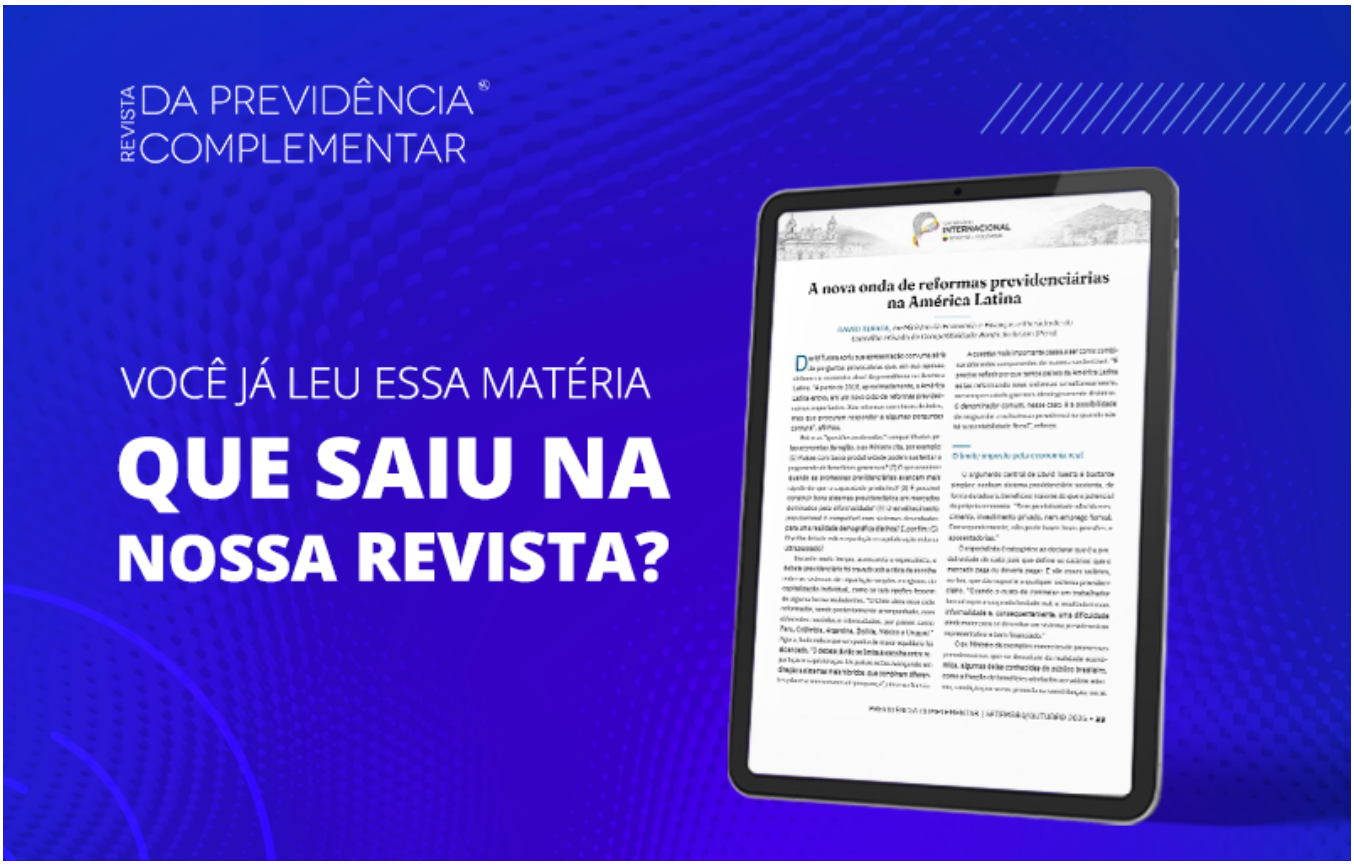


*Edição nº 466 (setembro e outubro de 2026) da Revista da Previdência Complementar – publicação da Abrapp, ICSS, Sindapp, UniAbrapp e Conecta.



*Edição nº 466 (setembro e outubro de 2026) da Revista da Previdência Complementar – publicação da Abrapp, ICSS, Sindapp, UniAbrapp e Conecta.

Caderno Técnico do Seminário Internacional UniAbrap, por Flávia Silva

Em maio de 2026, a UniAbrapp realizou, em Bogotá, na Colômbia, mais uma edição de seu Seminário Internacional, desta vez com olhos voltados para os vizinhos latino-americanos. Em comum, o desafio de fomentar a Previdência Complementar em meio a sistemas estatais de repartição por vezes “generosos” e altas taxas de informalidade no mercado de trabalho.

Os principais pontos das palestras realizadas ao longo dos três dias de evento são disponibilizados neste caderno técnico, no intuito de subsidiar, como de costume, o tão necessário debate doméstico sobre o fomento do setor.

David Tuesta, ex-Ministro da Economia e Finanças e Presidente do Conselho Privado de Competitividade RonIn Inclusion (Peru)

David Tuesta abriu sua apresentação com uma série de perguntas provocativas que, em sua opinião, definem o momento atual da previdência na América Latina. “A partir de 2018, aproximadamente, a América Latina entrou em um novo ciclo de reformas previdenciárias importantes. São reformas com focos distintos, mas que procuram responder a algumas perguntas comuns”, afirmou.

Entre as “questões incômodas” compartilhadas pelas economias da região, o ex-Ministro cita, por exemplo: (1) Países com baixa produtividade podem sustentar o pagamento de benefícios generosos? (2) O que acontece quando as promessas previdenciárias avançam mais rápido do que a capacidade produtiva? (3) É possível construir bons sistemas previdenciários em mercados dominados pela informalidade? (4) O envelhecimento populacional é compatível com sistemas desenhados para uma realidade demográfica distinta? E, por fim: (5) O velho debate entre repartição e capitalização estaria ultrapassado?

Durante muito tempo, acrescenta o especialista, o debate previdenciário foi travado sob a ótica da escolha entre os sistemas de repartição simples e regimes de capitalização individual, como se tais opções fossem de alguma forma excludentes. “O Chile abriu esse ciclo reformador, sendo posteriormente acompanhado, com diferentes modelos e intensidades, por países como Peru, Colômbia, Argentina, Bolívia, México e Uruguai.” Agora, tudo indica que um ponto de maior equilíbrio foi alcançado. “O debate já não se limita à escolha entre repartição e capitalização. Os países estão avançando em direção a sistemas mais híbridos, que combinam diferentes pilares e mecanismos de poupança”, observa Tuesta.

A questão mais importante passa a ser como combinar diferentes componentes de maneira sustentável. “É preciso refletir por que tantos países da América Latina estão reformando seus sistemas simultaneamente, mesmo possuindo governos ideologicamente distintos. O denominador comum, nesse caso, é a possibilidade de resguardar a suficiência previdenciária quando não há sustentabilidade fiscal”, reforça.

O limite imposto pela economia real – O argumento central de David Tuesta é bastante simples: nenhum sistema previdenciário sustenta, de forma duradoura, benefícios maiores do que o potencial da própria economia. “Sem produtividade não há crescimento, investimento privado, nem emprego formal. Consequentemente, não pode haver boas pensões e aposentadorias.”

O especialista é categórico ao declarar que é a produtividade de cada país que define os salários que o mercado paga ou deveria pagar. E são esses salários, no fim, que dão suporte a qualquer sistema previdenciário. “Quando o custo de contratar um trabalhador formal supera sua produtividade real, o resultado é mais informalidade e, consequentemente, uma dificuldade ainda maior para se desenhar um sistema previdenciário representativo e bem financiado.”

O ex-Ministro dá exemplos concretos de promessas previdenciárias que se descolam da realidade econômica, algumas delas conhecidas do público brasileiro, como a fixação de benefícios atrelados ao salário mínimo, condição por vezes prevista na constituição, ou as aposentadorias de determinadas categorias profissionais que, indexadas aos salários da ativa, fazem com que essa renda siga uma rota ascendente e inviável na prática. “São situações que não se sustentam, mas, uma vez instauradas, são difíceis de reverter. À medida que a informalidade avança, os sistemas contributivos tradicionais começam a enfrentar problemas cada vez maiores de sustentabilidade”, argumenta.

(Continua...)

Clique aqui **para ler a matéria completa na íntegra.**

Fonte: Abrapp em Foco, em 21.10.2026.